

REGISTRO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS
PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE COMPLEMENTAR
MAGISTRADO(A) OU SERVIDOR(A) INATIVO(A) OU ATIVO(A):
INCLUSÃO/EXCLUSÃO TITULAR/DEPENDENTE.

Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais	<i>Desembargador do Trabalho Clóvis Valença Alves Filho; Email: encarregado.lgpd@trt7.jus.br; Formulário Eletrônico disponibilizado na Ouvidoria do Tribunal; Endereço para correspondência: Rua Desembargador Leite Albuquerque, nº 1077, Mezanino, Anexo I, Bairro Aldeota, CEP 60150-150, Fortaleza-CE; Telefones: 0800.280.1771/ (85) 32249639 / (85) 3388-9308 (de segunda a sexta-feira, no horário de 7:30 às 15:30 horas, exceto feriados) Contato presencial: Rua Desembargador Leite Albuquerque, nº 1077, Mezanino, Anexo I, Bairro Aldeota, Fortaleza-CE (de segunda a sexta-feira, no horário de 7:30 às 15:30 horas, exceto feriados) WhatsApp: (85)991671607 (de segunda a sexta-feira, no horário de 7:30 às 15:30 horas, exceto feriados)</i>
Endereço e Telefone do Tribunal	Av. Santos Dumont, 3384 Aldeota - Fortaleza/CE CEP: 60.150-162 Telefones: (85) 3388-9400 (85) 3388-9300
Site institucional sobre a LGPD	www.trt7.jus.br/lgpd
Centros de Tratamento	<ul style="list-style-type: none"> ● Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região: Av. Santos Dumont, 3384 - Aldeota - Fortaleza/CE; Edifício Anexo II do Tribunal - Andar 8º

Finalidade do tratamento	<i>-Processar requerimento de inclusão do titular (magistrado ou servidor inativo ou ativo do TRT7) e/ou seus dependentes no Programa de Assistência à Saúde Suplementar – PASS. O objetivo é conceder o benefício relacionado à assistência à saúde suplementar e viabilizar o registro da solicitação de</i>
--------------------------	--

	<i>inclusão e exclusão de titulares e dependentes</i>
Enquadramento legal	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Ato TRT7 nº 248/2024</i> - <i>Ato TRT7 nº 125/2019</i> <p>- <u><i>art. 7º da LGPD</i></u></p> <p><i>(...)</i> <i>IX - quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais;</i> <i>(...)</i> <i>Ato TRT7 nº 303/2015</i> <i>Ato TRT7 nº 74/2020</i></p>
Titulares dos dados	<i>Os titulares dos dados são o(a) magistrado(a) ou servidor inativo(a) ou ativo(a) do TRT7 e seus dependentes. Os dependentes que podem ser incluídos são: cônjuge; companheiro(a); filho(a) menor de 21 anos; filho(a) inválido(a) ou incapacitado(a) fisicamente ou mentalmente para o trabalho; enteado(a) menor de 21 anos ou inválido(a) ou incapacitado(a) fisicamente ou mentalmente para o trabalho, desde que comprovada a dependência econômica; filho(a) ou enteado(a) entre 21 e 24 anos (se estudante e dependente econômico); menor de 18 anos, tutelado(a) ou sob guarda judicial, desde que comprovada a dependência econômica; outras pessoas incapacitadas física ou mentalmente para o trabalho, da qual o(a) servidor(a) ou o(a) magistrado(a) seja tutor(a) ou curador(a), desde que comprovada a dependência econômica; e pai e/ou mãe, desde que comprovada a dependência econômica do magistrado ou do servidor e registrado(s) nos assentamentos funcionais</i>
Categoria de dados pessoais	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Dados do titular: Nome, Vínculo, Matrícula, CPF, Telefone, E-mail, Nome do Plano de Saúde, Valor da mensalidade do Plano de Saúde, Informação sobre outro vínculo com o Poder Público e, se sim, o órgão/entidade.</i> - <i>Dados do(s) dependente(s): Nome, Data de Nascimento, Parentesco/Vínculo, Nome do Plano de Saúde, Valor da mensalidade do Plano de Saúde, Informação sobre vínculo com o Poder Público e, se sim, o</i>

	<p>órgão/entidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Comprovantes de identificação e vínculo: Comprovante de vinculação a plano privado de saúde com valores individualizados; Carteira de Identidade; CPF; Certidão de Casamento civil emitida, no máximo, em 90 dias; Certidão de Nascimento; Sentença judicial ou decisão administrativa (união estável, guarda, tutela).</i> - <i>Dados pessoais sensíveis: Laudo da Junta Médica do TRT7 atestando a incapacidade física ou mental para o trabalho. A Resolução Normativa TRT7 prevê que informações sobre tratamento de dados pessoais sensíveis devem constar em destaque nos registros.</i> - <i>Comprovantes de condição específica: Declaração que comprove a condição de estudante (ensino superior ou técnico).</i> - <i>Comprovantes de dependência econômica/residência: Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) do(a) beneficiário(a) titular ou de seu cônjuge/companheiro(a), acompanhada do respectivo comprovante de entrega, na qual conste o dependente indicado; Comprovante de rendimentos do pai/mãe (para comprovar dependência); declaração do(a) beneficiário(a) titular, atestando a dependência econômica do dependente e de que este(a) não auferir pensão de terceiros ou outros rendimentos superiores ao limite estabelecido pelo art. 3º do Ato TRT7 nº 125/2019; comprovação documental ou declaração apta a demonstrar que o dependente (enteado ou outras pessoas incapacitadas física ou mentalmente para o trabalho) reside com o(a) beneficiário(a) titular.</i>
<p>Categoria de destinatários</p>	<p><i>Os dados pessoais, que constam nos arquivos digitais, não são compartilhados com outras entidades públicas ou privadas. Os documentos digitais anexados só podem ser visualizados pelos participantes do processo, conforme dispõe o Inciso I, do §2º, do Art. 8º, do Ato 303, “O acesso restrito”, é limitado às partes e à unidade detentora do processo,</i></p>

	<p>deve ser utilizado nos documentos que digam respeito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas, tais como atestados e laudos médicos, certidões de nascimento e de casamento, escrituras públicas de união estável, atestados de antecedentes, declaração de bens, entre outros, nos termos do inc. I do § 1º do art. 31 da Lei 12.527/2011. Para consulta externa é preciso que o processo/documento seja compartilhado/autorizado pelo Tribunal.</p> <p>É necessário realizar o cadastro do usuário externo.</p>
Transferência internacional	não.
Prazo de conservação	Prazo indeterminado.
Medidas de segurança	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Política e normas complementares de segurança da informação do TRT7;</u> • Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRT7. • <u>DECRETO Nº 9.637/2018</u> que institui a Política Nacional de Segurança da Informação e dispõe sobre a governança da segurança da informação. • Norma <u>NBR 27001/2013</u> - esta Norma especifica os requisitos para estabelecer, implementar, manter e melhorar continuamente um sistema de gestão da segurança da informação dentro do contexto da organização. Esta Norma também inclui requisitos para a avaliação e tratamento de riscos de segurança da informação voltados para as necessidades da organização. • Norma <u>NBR 27002/2013</u> - esta Norma fornece diretrizes para práticas de gestão de segurança da informação e normas de segurança da informação para as organizações, incluindo a seleção, a implementação e o gerenciamento de controles, levando em consideração os ambientes de risco da segurança da informação da organização.

